



Resumo

Este relatório faz parte do Projeto LINK: *Linking Information for Adaptive and Accessible Child-Friendly Courts*.

É sobre o sistema de justiça Português e sobre a forma como trata as crianças com deficiência.

O nosso objetivo é obter muitas informações sobre o sistema de justiça e como ele inclui crianças com deficiência.

Quem está a trabalhar no projeto LINK?

Somos pessoas de diferentes organizações.

Somos também de diferentes países.

Somos da Bulgária, Chéquia, Lituânia, Portugal, Eslovénia, Itália, Hungria, Áustria e Bélgica.

Vamos saber como funciona o sistema de justiça para as crianças com deficiência.

Grant Information: 101097047-LINK: Linking Information for Adaptive and Accessible Child-Friendly Courts



Co-funded by
the European Union

Co-financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressas são exclusivamente do(s) autor(es) e não reflectem necessariamente os da União Europeia ou da Comissão Europeia. Nem a União Europeia nem a autoridade emissora podem ser consideradas responsáveis pelas mesmas.

Para saber como funciona avaliamos as políticas, práticas e recursos disponíveis para incluir e dar proteção às crianças com deficiência.

O que ajuda a saber o que pode ser melhor e o que deve mudar para que o acesso à justiça para pessoas com deficiência seja garantido.

Como devem as pessoas no sistema de justiça falar e ouvir as crianças com deficiência? Vamos dar informação sobre o que já é feito para apoiar bem e como a tecnologia deve ser usada no sistema de justiça para incluir crianças com deficiência.

Neste relatório está uma lista das barreiras que as crianças com deficiência sentem quando precisam de ter informações, apoio e adaptações no sistema de justiça:

- Falta de leis para que lhes sejam feitas as adaptações adequadas;
- Falta de acessibilidade física nos tribunais;
- Falta de transporte acessível;
- As pessoas no sistema de justiça não sabem falar e ouvir as crianças com deficiência;
- As pessoas no sistema de justiça não sabem o que as crianças com deficiência precisam;

Grant Information: 101097047-LINK: Linking Information for Adaptive and Accessible Child-Friendly Courts



**Co-funded by
the European Union**

Co-financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressas são exclusivamente do(s) autor(es) e não reflectem necessariamente os da União Europeia ou da Comissão Europeia. Nem a União Europeia nem a autoridade emissora podem ser consideradas responsáveis pelas mesmas.

- Falta de recolha de informações sobre as crianças com deficiência no sistema de justiça em Portugal.

Foi feita a lista das medidas de proteção para crianças com deficiência no sistema de justiça:

- A avaliação individual das necessidades é obrigatória, mas, nem sempre é feita para todas;
- Assistência de um advogado;
- Serviços de apoio à vítima, prestados pela APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima;
- Adaptações processuais: salas amigáveis, linguagem adaptada; Comunicação Aumentativa e Alternativa.

A existência destas adaptações pode variar e depender da vontade e experiência das pessoas do sistema de justiça.

Como conclusões, este relatório informa que:

- Portugal ainda não usa completamente as orientações internacionais para fazer adaptações para que as crianças com deficiência se sintam seguras e à vontade para falar com as pessoas do sistema de justiça.

Grant Information: 101097047-LINK: Linking Information for Adaptive and Accessible Child-Friendly Courts



**Co-funded by
the European Union**

Co-financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressas são exclusivamente do(s) autor(es) e não reflectem necessariamente os da União Europeia ou da Comissão Europeia. Nem a União Europeia nem a autoridade emissora podem ser consideradas responsáveis pelas mesmas.

- É preciso ensinar as pessoas no sistema de justiça a falar e ouvir as crianças com deficiência.
- Há boas práticas em Portugal, como os serviços de apoio à vítima prestados pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), que, de forma gratuita, confidencial e qualificada apoia vítimas de crime e de violência, incluindo aquelas que se encontram em situação de particular vulnerabilidade, como as crianças e as pessoas com deficiência.
- Existência da linha telefónica gratuita 800208462 para apoio sobre os direitos da pessoa com deficiência.

Queremos garantir que as crianças com deficiência são protegidas e apoiadas no sistema judicial. Queremos que as crianças com deficiência se sintam seguras e confortáveis no sistema judicial. Recomendamos o seguinte:

- Dar prioridade à justiça para crianças com deficiência nas políticas nacionais;
- Fazer formação para as pessoas do sistema de justiça;
- Criar um Manual das boas práticas para orientar as pessoas do sistema de justiça;

Grant Information: 101097047-LINK: Linking Information for Adaptive and Accessible Child-Friendly Courts



**Co-funded by
the European Union**

Co-financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressas são exclusivamente do(s) autor(es) e não reflectem necessariamente os da União Europeia ou da Comissão Europeia. Nem a União Europeia nem a autoridade emissora podem ser consideradas responsáveis pelas mesmas.

- Utilizar linguagem simples, acessível e compreensível para a criança com deficiência;
- Melhorar a acessibilidade das páginas de Internet;
- Organizar equipas de pessoas experientes em apoiar crianças com deficiência.

Grant Information: 101097047-LINK: Linking Information for Adaptive and Accessible Child-Friendly Courts



**Co-funded by
the European Union**

Co-financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressas são exclusivamente do(s) autor(es) e não reflectem necessariamente os da União Europeia ou da Comissão Europeia. Nem a União Europeia nem a autoridade emissora podem ser consideradas responsáveis pelas mesmas.